



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
UNIDADE DE APOIO ÀS CONTRATAÇÕES DIRETAS
Rua XV de Novembro, 1299, - Bairro Centro, Curitiba/PR, CEP 80060-000
Telefone: (41) 3360-5000 - <https://ufpr.br/>

Curitiba, 29 de junho de 2026.

Processo nº 23075.024329/2026-35

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - UASG 153079

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA N.º 405/2026

Torna-se público que a **Universidade Federal do Paraná**, autarquia federal de CNPJ 75.095.679/0001-49, por meio da **Unidade de Apoio às Contratações Diretas/CLIC/PROAD**, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento menor preço, na hipótese do art. 75, II, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1.º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 67/2021 e demais legislação aplicável.

Unidade Responsável: Unidade de Apoio às Contratações Diretas/CLIC/PROAD
Contato: uacd@ufpr.br
Data da disputa: 03/07/2026
Link: https://www.gov.br/compras/pt-br
Horário da fase de lances: 08h00 às 14h00
Critério de julgamento: menor preço
Preferência ME/EPP/equiparadas: sim

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição por dispensa de licitação de **materiais de consumo de uso comum para a USUP/COGES/SULOG**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2. A contratação ocorrerá conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
	Álcool etílico em gel para as mãos com teor alcoólico de 70 °INPM, Galão 5 litros. Deverá possuir ação antisséptica					

01	<p>e bactericida; ser enriquecido com emolientes e hidratantes. O rótulo do fabricante deverá trazer informações de registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA bem como data de fabricação e de validade. A embalagem deverá trazer selo Inmetro ou certificação concedida por organismo de certificação de produtos (OCP) acreditado pela CGCRE/Inmetro. A comprovação de conformidade da embalagem será de responsabilidade do licitante. O produto deverá possuir prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses quando da data de entrega.</p>	380018	Gl.	40	R\$ 35,51	R\$ 1.420,40
02	<p>Borracha para apagar tinta nankin, em material plástico (vinil), na cor branca, com capa protetora. O produto deverá ser entregue em sua embalagem original de fábrica, contendo a identificação clara do fabricante/marca e dados de procedência. Dimensões aproximadas: 6 x 18 x 8 mm.</p>	329322	Un.	20	R\$ 2,77	R\$ 55,40
	<p>Caneta para tinta nankin, ponteira nº 0,5mm, recarregável, para uso profissional, com duplo</p>					

03	sistema de vedação contra secagem da tinta. A marca e tamanho da ponteira deverão vir impressos no corpo da caneta.	485611	Un.	20	R\$ 55,00	R\$ 1.100,00
04	Cesto plástico redondo para lixo tipo balde, na cor verde escuro, azul escuro ou chumbo, capacidade de 100 litros, com tampa na cor preta, alça e rodinhas, não vazado, sem pedal. O produto deverá apresentar resistência mecânica compatível com a capacidade nominal de carga e trazer identificação visível do fabricante/marca e da capacidade.	247643	Un.	50	R\$ 84,19	R\$ 4.209,50
05	Desentupidor de pia em borracha com cabo plástico. O comprimento do cabo deverá ser de, no mínimo, 15 cm.	446101	Un.	30	R\$ 7,97	R\$ 239,10
06	Desentupidor de vaso sanitário em borracha com cabo em material resistente (madeira ou plástico). O comprimento do cabo deverá ser de, no mínimo, 50 cm.	241711	Un.	30	R\$ 8,79	R\$ 263,70
	Dispenser para papel toalha em bobina de 20 cm x 200 m, com dispositivo de auto-corte que libera folhas de papel em comprimento pré-determinado de, aproximadamente,					

07	<p>26 cm, e sistema de fechamento por chave. Não serão aceitos modelos com acionamento por alavanca. Visando à eficiência ecológica pela extensão da vida útil do bem, o equipamento deverá ser integralmente injetado em termoplástico de engenharia de alta resistência (ABS de alto impacto ou Polipropileno homopolímero), utilizando exclusivamente resinas de primeiro uso (matéria-prima virgem) com proteção UV, de modo a garantir a homogeneidade molecular e a resistência estrutural do produto. O dispenser deverá apresentar identificação da marca e lote gravados em relevo no próprio corpo do equipamento ou etiqueta indelével com as características técnicas do fabricante, além de manual técnico do fabricante. Dimensões aproximadas: 315 x 385 x 235 mm (L x A x P). Nas cores fumê, branca, cinza ou transparente. Fixação por meio de parafusos e buchas expansíveis fornecidos juntamente com o produto.</p>	457087	Un.	60	R\$ 140,22	R\$ 8.413,20
----	--	--------	-----	----	------------	--------------

08	<p>Dispenser para papel toalha interfolhado de 2 ou 3 dobras, com sistema de fechamento por chave. Visando à eficiência ecológica pela extensão da vida útil do bem, o equipamento deverá ser integralmente injetado em termoplástico de engenharia de alta resistência (ABS de alto impacto ou Polipropileno homopolímero), utilizando exclusivamente resinas de primeiro uso (matéria-prima virgem) com proteção UV, de modo a garantir a homogeneidade molecular e a resistência estrutural do produto. Deverá possuir visor frontal para inspeção do nível de papel e abertura por meio de tampa frontal basculante. O dispenser deverá apresentar identificação da marca e lote gravados em relevo no próprio corpo do equipamento ou etiqueta indelével com as características técnicas do fabricante, além de manual técnico do fabricante. Dimensões aproximadas: 275 x 365 x 120 mm (L x A x P), com capacidade para, aproximadamente, 600 folhas. Nas</p>	302526	Un.	60	R\$ 32,79	R\$ 1.967,40
----	---	--------	-----	----	-----------	-----------------

	cores fumê, branca, cinza ou transparente. Fixação por meio de parafusos e buchas expansíveis fornecidos juntamente com o produto.					
09	Dispenser para sabonete líquido, sabonete em gel ou álcool em gel, com válvula dosadora e reservatório próprio com capacidade para, no mínimo, 800 ml, sendo apropriado para as duas formas de abastecimento (reservatório próprio ou refil tipo bolsa/bag-in-box). Visando à eficiência ecológica pela extensão da vida útil do bem, o equipamento deverá ser integralmente injetado em termoplástico de engenharia de alta resistência (ABS de alto impacto ou Polipropileno homopolímero), utilizando exclusivamente resinas de primeiro uso (matéria-prima virgem) com proteção UV, de modo a garantir a homogeneidade molecular e a resistência estrutural do produto. Com sistema de fechamento por meio de travas laterais acionadas por pressão ou chave. O dispenser deverá apresentar	404651	Un.	100	R\$ 28,26	R\$ 2.826,00

	<p>identificação da marca e lote gravados em relevo no próprio corpo do equipamento ou etiqueta indelével com as características técnicas do fabricante, além de manual técnico do fabricante. Dimensões aproximadas: 125 x 280 x 120 mm (L x A x P). Nas cores fumê, branca, cinza ou transparente. Fixação por meio de parafusos e buchas expansíveis fornecidos juntamente com o produto.</p>					
10	<p>Etiqueta autoadesiva, branca, medindo 50x100mm, formato A5 (148 x 210 mm), pacote com 36 etiquetas. A etiqueta deverá possuir cola suficiente para que todas as partes da mesma sejam coladas, não permitindo nenhuma orelha após a colagem. A embalagem deverá possuir marca e demais especificações do produto. Validade de, no mínimo, 12 meses a partir da data de entrega.</p>	282887	Cx.	20	R\$ 10,90	R\$ 218,00
11	<p>Grampo 23/10 para grampeador, galvanizado, caixa com 5.000 unidades. O grampo não deverá descascar a cor cobreada com o uso.</p>	300536	Cx.	60	R\$ 21,37	R\$ 1.282,20
	<p>Jarra plástica para água, com tampa e alça.</p>					

12	Capacidade para 2 litros. O corpo da jarra deverá ser nas cores branco leitoso ou transparente. A jarra e sua alça deverão ser resistentes suficientemente para que o formato da jarra não deforme no momento de virar o líquido no copo.	247780	Un.	40	R\$ 15,25	R\$ 610,00
13	Limpador multiuso em frasco com capacidade de 500 ml, com bico dosador tipo squeeze (push-pull), para limpeza geral de superfícies laváveis como fórmica, aço inoxidável, cerâmica, azulejos, esmaltados e plásticos. Eficiente na remoção de gorduras, fuligem e poeira, sem necessidade de enxágue posterior. O rótulo deverá conter a marca, composição química, instruções de uso, lote, data de fabricação, prazo de validade e o número do registro ou notificação na ANVISA. Validade de, no mínimo, 12 meses a partir da data de entrega. O fornecimento deverá ser impreterivelmente em frascos individuais de 500 ml.	372079	Fr.	1200	R\$ 3,00	R\$ 3.600,00
	Lona leve de polietileno, medindo 6 x 4 m, 100% impermeável, com					

14	<p>tramas internas de reforço, bainha costurada reforçada e ilhoses metálicos dispostos a cada 1 metro. Espessura mínima de 100 micras. Nas cores azul ou laranja. A embalagem original do fabricante deverá conter a identificação da marca, lote, dimensões e espessura do produto.</p>	241317	Un.	50	R\$ 83,76	R\$ 4.188,00
15	<p>Lustra-móveis em frasco com capacidade de 200 ml, com ação de brilho seco, formulado à base de silicone e ceras. Fragrância: lavanda ou jasmim. O produto deverá possuir registro ou notificação na ANVISA. O rótulo deverá conter a marca, composição química, instruções de uso, lote, data de fabricação e prazo de validade. Validade de, no mínimo, 12 meses a partir da data de entrega. O fornecimento deverá ser impreterivelmente em frascos individuais de 200 ml.</p>	299646	Fr.	50	R\$ 6,68	R\$ 334,00
	<p>Luva de segurança em látex de borracha natural, tamanho grande, com forro interno flocado e palma antiderrapante, para utilização em limpezas gerais e proteção</p>					

16	<p>individual. O produto deverá possuir Certificado de Aprovação (CA) emitido pelo órgão federal competente, válido. Cores: azul, amarela, laranja ou verde. Embalagem original do fabricante contendo um par, com identificação da marca, lote, tamanho e especificações técnicas do produto. O fornecimento deverá ser em embalagens individuais por par.</p>	366698	Par	400	R\$ 5,73	R\$ 2.292,00
17	<p>Luva de segurança em látex de borracha natural, tamanho médio, com forro interno flocado e palma antiderrapante, para utilização em limpezas gerais e proteção individual. O produto deverá possuir Certificado de Aprovação (CA) emitido pelo órgão federal competente, válido. Cores: azul, amarela, laranja ou verde. Embalagem original do fabricante contendo um par, com identificação da marca, lote, tamanho e especificações técnicas do produto. O fornecimento deverá ser em embalagens individuais por par.</p>	366699	Par	400	R\$ 5,43	R\$ 2.172,00
	Luva de segurança em					

18	<p>látex de borracha natural, tamanho pequeno, com forro interno flocado e palma antiderrapante, para utilização em limpezas gerais e proteção individual. O produto deverá possuir Certificado de Aprovação (CA) emitido pelo órgão federal competente, válido. Cores: azul, amarela, laranja ou verde. Embalagem original do fabricante contendo um par, com identificação da marca, lote, tamanho e especificações técnicas do produto. O fornecimento deverá ser em embalagens individuais por par.</p>	366700	Par	250	R\$ 5,20	R\$ 1.300,00
19	<p>Molha dedo em pasta. Levemente aromatizado, atóxico, não oleoso, não deve deixar manchas e não deve conter glicerina na formulação. Pote com tampa contendo 12g de produto. Validade de no mínimo 12 meses a partir da data de entrega.</p>	386807	Un.	30	R\$ 3,60	R\$ 108,00
20	<p>Óleo de peroba, natural. Frasco de 100ml. O produto deverá ser eficiente na limpeza e proteção de móveis, janelas, portas e objetos de madeira contra a ação do tempo. O produto deverá possuir registro ou notificação na</p>	307513	Fr.	50	R\$ 9,00	R\$ 450,00

	ANVISA. O rótulo do fabricante deverá trazer informações de marca, composição, finalidade, data de fabricação e de validade, sendo esta de, no mínimo 12 meses a contar da data de entrega.					
21	Papel almaço quadriculado, com margem, com espessura de 56g à 75g cada folha, formato A4. Pacote com 10 folhas.	277001	Pct	200	R\$ 2,29	R\$ 458,00
22	Papel cartaz/cartão, mínimo de 240g/m ² , dimensões mínimas: 48x66cm. Cor amarela. As informações de tamanho e gramatura deverão constar na etiqueta do produto.	246633	Un.	150	R\$ 1,89	R\$ 283,50
23	Papel cartaz/cartão, mínimo de 240g/m ² , dimensões mínimas: 48x66cm. Cor azul. As informações de tamanho e gramatura deverão constar na etiqueta do produto.	246631	Un.	150	R\$ 1,89	R\$ 283,50
24	Papel cartaz/cartão, mínimo de 240g/m ² , dimensões mínimas: 48x66cm. Cor preta. As informações de tamanho e gramatura deverão constar na etiqueta do	246630	Un.	150	R\$ 1,89	R\$ 283,50

	produto.					
25	Papel cartaz/cartão, mínimo de 240g/m ² , dimensões mínimas: 48x66cm. Cor verde bandeira. As informações de tamanho e gramatura deverão constar na etiqueta do produto.	246629	Un.	150	R\$ 1,89	R\$ 283,50
26	Papel cartaz/cartão, mínimo de 240g/m ² , dimensões mínimas: 48x66cm. Cor vermelha. As informações de tamanho e gramatura deverão constar na etiqueta do produto.	246632	Un.	150	R\$ 1,89	R\$ 283,50
27	Papel para xerografia reciclado, pacote com 500 folhas, formato A4 (210 x 297 mm), gramatura de 75 g/m ² , adequado para cópias, impressões a laser e jato de tinta. O papel deve apresentar corte preciso, sendo isento de pó, marcas de cola ou outros defeitos que prejudiquem seu uso nos equipamentos. O fornecimento deverá ser em pacotes (resmas) individuais e lacrados de 500 folhas de papel reciclado, em embalagem original do fabricante.	461756	Pct.	100	R\$ 33,79	R\$ 3.379,00
	Pasta em cartão duplex 250g/m ² ,					

28	<p>plastificada, sem ferragem e sem elástico. Dimensões aproximadas: 240 x 350mm. Cores preferenciais: preta, azul e vermelha. As informações de tamanho e gramatura deverão constar na etiqueta do produto.</p>	411255	Un.	150	R\$ 1,49	R\$ 223,50
29	<p>Rodinho para pia, com estrutura em material plástico e base com borracha ou silicone. Largura aproximada: 16 cm.</p>	607532	Un.	70	R\$ 6,50	R\$ 455,00
30	<p>Saco plástico para lixo, Classe I, Tipo E, capacidade nominal de 100 litros, capacidade de carga mínima de 20 kg , na cor preta, tipo reforçado. O produto deverá atender rigorosamente aos requisitos de fabricação, estanqueidade e resistência mecânica estabelecidos na norma ABNT NBR 9191. O fornecimento deverá ser efetuado em embalagem original de fábrica, cuja identificação e rotulagem comercial estejam impressas diretamente no invólucro do pacote ou em etiqueta industrializada de fábrica, contendo obrigatoriamente: marca do produto, identificação do fabricante (razão social ou CNPJ),</p>	470833	Pct 50 UN	300	R\$ 28,90	R\$ 8.670,00

	<p>lote de fabricação, quantidade de unidades, dimensões e capacidade nominal (volume e massa). Não serão aceitas embalagens com identificações manuscritas ou etiquetas de caráter artesanal/caseiro. PC 50 UN.</p>					
31	<p>Suporte plástico para filtro de café, tamanho nº 103, com alça, composto de material termoplástico injetado (polipropileno ou similar de alta resistência mecânica a impactos e altas temperaturas). Cor: marrom ou preta.</p>	247444	Un.	40	R\$ 13,00	R\$ 520,00
32	<p>Tinta permanente à base de álcool para reabastecer pincel atômico. Frasco com, no mínimo, 37ml. Cor: azul. O produto deverá trazer a data de validade impressa no rótulo, sendo esta não inferior a 12 meses a partir da data de entrega.</p>	335345	Fr.	50	R\$ 5,67	R\$ 283,50
33	<p>Tinta permanente à base de álcool para reabastecer pincel atômico. Frasco com, no mínimo, 37ml. Cor: preta. O produto deverá trazer a data de validade impressa no rótulo, sendo esta não inferior a 12 meses a partir da data de entrega.</p>	347614	Fr.	50	R\$ 6,93	R\$ 346,50
	Tinta permanente					

34	à base de álcool para reabastecer pincel atômico. Frasco com, no mínimo, 37ml. Cor: vermelha. O produto deverá trazer a data de validade impressa no rótulo, sendo esta não inferior a 12 meses a partir da data de entrega.	335347	Fr.	50	R\$ 4,87	R\$ 243,50
35	Tinta reabastecedora para reabastecer caneta (marcador) para quadro branco, na cor azul. Frasco com, no mínimo, 20ml. O frasco deverá possuir bico que facilite a introdução da tinta na caneta. O produto deverá trazer marca e finalidade impressas na embalagem, bem como data de validade, sendo esta de, no mínimo, 12 meses a partir da data de entrega.	397049	Fr.	50	R\$ 5,03	R\$ 251,50
36	Tinta reabastecedora para reabastecer caneta (marcador) para quadro branco, na cor preta. Frasco com, no mínimo, 20ml. O frasco deverá possuir bico que facilite a introdução da tinta na caneta. O produto deverá trazer marca e finalidade impressas na embalagem, bem como data de validade, sendo esta de, no mínimo, 12 meses a partir da data de entrega.	432575	Fr.	50	R\$ 5,39	R\$ 269,50
	Tinta					

37	reabastecedora para reabastecer caneta (marcador) para quadro branco, na cor vermelha. Frasco com, no mínimo, 20ml. O frasco deverá possuir bico que facilite a introdução da tinta na caneta. O produto deverá trazer marca e finalidade impressas na embalagem, bem como data de validade, sendo esta de, no mínimo, 12 meses a partir da data de entrega.	407563	Fr.	50	R\$ 5,60	R\$ 280,00
38	Bomba manual para garrações de água mineral de 10 e 20 litros. Corpo injetado em material plástico de alta resistência. O item deve ser fornecido em kit completo para instalação imediata, composto por: cabeçote com bomba de pressão, bico dosador com tampa, tubos extensores de sucção interconectáveis e anel de vedação regulável para acoplamento firme ao gargalo do garrafão, de modo a evitar vazamentos. Cor preferencial: azul e branca.	622167	Un.	80	R\$ 23,55	R\$ 1.884,00
					VALOR TOTAL ESTIMADO	R\$ 55.730,40

1.2.1. Havendo mais de item facultase ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o *menor preço*, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Comprasnet 4.0, disponível no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

2.1.1. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

2.1.2. O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo aplicativo Compras.gov.br.

2.1.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.2.1. Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. Que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

f) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2. Aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.4. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão n.º 746/2014-TCU-Plenário);

2.5. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1. O fornecedor **não** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

3.2.2. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo

3.2.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertados, vinculam a Contratada.

3.2.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

3.2.3.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.2.3.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.3. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

3.7. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

a) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

b) que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

c) que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

d) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata [o art. 93 da Lei n.º 8.213/91](#).

e) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7.º, XXXIII, da Constituição](#);

3.7.1. O fornecedor organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3.7.2. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3.º da Lei Complementar n.º 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos [§§ 1.º ao 3.º do art. 4.º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3.7. Caso a funcionalidade esteja disponível no sistema, fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).

3.7.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

3.7.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;

3.7.2. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

3.7.3. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

4. FASE DE LANCES

4.1. A partir da data e hora estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1. **O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.**

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **R\$ 1,00 (um real)**.

4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

5.4. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitada ao fornecedor a adequação da proposta ao valor negociado, acompanhada de documentos complementares, quando necessários.

5.5. Encerrada a etapa de negociação, se houver, o pregoeiro verificará se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei n.º 14.133/2021, legislação correlata e nos itens 3.3. e seguintes deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

5.6 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n.º 8.429, de 1992.

5.7 Caso conste na Consulta de Situação do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

5.7.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

5.7.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

5.7.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

5.8. Verificadas as condições de participação, o gestor examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.

5.9. Será desclassificada a proposta vencedora que:

a) Contiver vícios insanáveis;

b) Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

c) Apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

d) Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

e) Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.10. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

a) For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;

b) Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.11. Em contratação de obras ou serviços de engenharia, além das disposições acima, o critério de aceitabilidade de preços considerará o seguinte:

5.11.1. Ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

5.11.1.1. Aquele que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3.º, da Lei n.º 14.133, de 2021);

5.11.2. Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário o critério de aceitabilidade de preços será:

5.11.2.1. O valor global estimado para a contratação;

5.11.2.2. Preços unitários: conforme Planilha de Custos elaborada pelo Contratante, anexa a este documento;

5.11.3. Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

5.11.4. Será exigida garantia adicional do fornecedor vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo a Lei.

5.12. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

5.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.15. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.16. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.17. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. **62 a 70 da Lei n.º 14.133, de 2021**, constam do Termo de Referência e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.

6.2. A habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

6.2.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

6.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

6.3. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de inabilitação. (art. 19, § 3º, da IN Seges/ME nº 67, de 2021).

6.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

6.6. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.7. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

6.8. O fornecedor provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

6.8.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do fornecedor nos remanescentes.

6.9. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.10. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.11. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

6.12. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7. CONTRATAÇÃO

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, a Nota de empenho terá força de contrato.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado¹ (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à

empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

7.3.1. A referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei n.º 14.133, de 2021;

7.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

7.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei n.º 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

7.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência

7.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES DA FASE LICITATÓRIA

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei n.º 14.133, de 2021, quais sejam:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- i) Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- i. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5.º da Lei n.º 12.846, de 1.º de agosto de 2013.

8.2. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

8.3. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

8.3.1. Os parâmetros de aplicação das sanções administrativas no âmbito da UFPR serão os seguintes:

FALHA APURADA	FUNDAMENTO LEGAL	SANÇÃO	MULTA
Deixar de entregar a documentação	Lei 14.133/2021,	Impedimento de licitar e	Até 5% em relação ao

exigida para o certame.	art. 155 inc. IV.	contratar no âmbito da União por até 30 dias.	valor de sua proposta.
Não entregar documento solicitado durante o certame.	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. IV.	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União por até 15 dias.	Até 3% em relação ao valor de sua proposta.
Deixar de manter as condições de habilitação, durante a realização do certame.	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. IV.	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União por até 60 dias.	Até 10% em relação ao valor de sua proposta.
Recusar-se ou deixar de responder diligência realizada pela UFPR, durante a análise da proposta ou da planilha de custos da licitação.	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. IV.	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União por até 60 dias.	Até 10% em relação ao valor de sua proposta.
Não enviar proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação.	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. IV.	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União por até 60 dias.	Até 10% em relação ao valor de sua proposta.
Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta.	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. IV.	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União por até 60 dias.	Até 10% em relação ao valor de sua proposta.
Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva.	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. V.	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União por até 30 dias.	Até 5% em relação ao valor de sua proposta.
Deixar de apresentar amostra.	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. IV.	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União por até 60 dias.	Até 10% em relação ao valor de sua proposta.
Não celebrar o contrato ou ata de registro de preços.	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. VI.	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União por até 6 meses.	Até 15% em relação ao valor de sua proposta.

Não entregar a documentação exigida para a contratação.	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. VI.	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União por até 6 meses.	Até 15% em relação ao valor de sua proposta.
Não se cadastrar no sistema de processo eletrônico da UFPR para assinatura da Ata ou Contrato.	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. VI.	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União por até 6 meses.	Até 15% em relação ao valor de sua proposta.
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame.	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. VIII.	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 36 a 48 meses.	Até 20% em relação ao valor total homologado na licitação. Caso o certame tenha sido frustrado, a base de cálculo da multa será o valor estimado para a licitação.
Prestar declaração falsa durante a licitação.	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. VIII.	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 36 a 48 meses.	Até 20% em relação ao valor total homologado na licitação. Caso o certame tenha sido frustrado, a base de cálculo da multa será o valor estimado para a licitação.
Fraudar a licitação.	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. IX.	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 48 a 60 meses.	Até 30% em relação ao valor total homologado na licitação. Caso o certame tenha sido frustrado, a base de cálculo da multa será o valor estimado para a licitação.

<p>Agir em conluio ou em desconformidade com a lei.</p>	<p>Lei 14.133/2021, art. 155 inc. X.</p>	<p>Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 48 a 60 meses.</p>	<p>Até 30% em relação ao valor total homologado na licitação. Caso o certame tenha sido frustrado, a base de cálculo da multa será o valor estimado para a licitação.</p>
<p>Induzir deliberadamente a erro no julgamento.</p>	<p>Lei 14.133/2021, art. 155 inc. X.</p>	<p>Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 36 a 48 meses.</p>	<p>Até 20% em relação ao valor total homologado na licitação. Caso o certame tenha sido frustrado, a base de cálculo da multa será o valor estimado para a licitação.</p>
<p>Omitir informações em quaisquer documentos exigidos no certame licitatório.</p>	<p>Lei 14.133/2021, art. 155 inc. X.</p>	<p>Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 36 a 48 meses.</p>	<p>Até 20% em relação ao valor total homologado na licitação. Caso o certame tenha sido frustrado, a base de cálculo da multa será o valor estimado para a licitação.</p>
<p>Adulterar documento, público ou particular, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade.</p>	<p>Lei 14.133/2021, art. 155 inc. X.</p>	<p>Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 36 a 48 meses.</p>	<p>Até 20% em relação ao valor total homologado na licitação. Caso o certame tenha sido frustrado, a base de cálculo da multa será o</p>

			valor estimado para a licitação.
Apresentar amostra falsificada ou deteriorada.	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. X.	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 36 a 60 meses.	Até 30% em relação ao valor total homologado na licitação. Caso o certame tenha sido frustrado, a base de cálculo da multa será o valor estimado para a licitação.
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. XI.	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 36 a 60 meses.	Até 30% em relação ao valor total homologado na licitação. Caso o certame tenha sido frustrado, a base de cálculo da multa será o valor estimado para a licitação.
Participação na licitação de empresa constituída com a finalidade de burlar penalidade aplicada anteriormente.	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. XI.	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 36 a 60 meses.	Até 30% em relação ao valor total homologado na licitação. Caso o certame tenha sido frustrado, a base de cálculo da multa será o valor estimado para a licitação.
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. XII.	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de	Até 30% em relação ao valor total homologado na licitação. Caso o certame tenha sido

		todos os entes federativos, pelo prazo de 36 a 60 meses.	frustrado, a base de cálculo da multa será o valor estimado para a licitação.
--	--	--	---

8.3.1.1. As sanções listadas na tabela acima não esgotam a possibilidade de enquadramento das condutas do licitante nas infrações previstas nesta Seção, com a aplicação das penalidades cabíveis.

8.4. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9.º)

8.5. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7.º).

8.6. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

8.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8.º).

8.8. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei n.º 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.10. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1.º):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n.º 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n.º 12.846, de 1.º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

8.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

8.13. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

8.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei n.º 14.133, de

2021.

8.15. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.1.1. Republicar o presente aviso com uma nova data;

9.1.2. Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.1.3. Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.2. As providências dos subitens 9.1.1 e 9.1.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)

9.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

9.12. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

I - Termo de Referência:





ADMINISTRACAO, em 29/06/2026, às 15:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida [aqui](#) informando o código verificador **8969135** e o código CRC **C16DA1EC**.

Referência: Processo nº 23075.024329/2026-35

SEI nº 8969135

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA

Termo de Referência 150/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
150/2026	153079-UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	HUMBERTO VIEIRA DE LIMA	12/06/2026 16:29 (v 0.4)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		23075.024329/2026-35

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 23075.024329/2026-35)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de materiais de consumo de uso comum, que incluem materiais de expediente, materiais de copa e cozinha, materiais de limpeza e higienização, materiais de proteção e segurança, para atender as necessidades da Unidade de Suprimentos da Universidade Federal do Paraná nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Descrição	Cód. CATMAT	Un.	Quantidade	Valor máximo unitário*	Valor máximo total
1	Álcool etílico em gel para as mãos com teor alcoólico de 70 °INPM, Galão 5 litros. Deverá possuir ação antisséptica e bactericida; ser enriquecido com emolientes e hidratantes. O rótulo do fabricante deverá trazer informações de registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA bem como data de fabricação e de validade. A embalagem deverá trazer selo Inmetro ou certificação concedida por organismo de certificação de produtos (OCP) acreditado pela CGCRE/Inmetro. A comprovação de conformidade da embalagem será de responsabilidade do licitante. O produto deverá possuir prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses quando da data de entrega.	380018	Gl.	40	R\$ 35,51	R\$ 1.420,40
2	Borracha para apagar tinta nankin, em material plástico (vinil), na cor branca, com capa protetora. O produto deverá ser entregue em sua embalagem original de fábrica, contendo a identificação clara do fabricante/marca e dados de procedência. Dimensões aproximadas: 6 x 18 x 8 mm.	329322	Un.	20	R\$ 2,77	R\$ 55,40

1.2. Os bens objeto desta contratação são

3	Caneta para tinta nankin, ponteira nº 0,5mm, recarregável, para uso profissional, com duplo sistema de vedação contra secagem da tinta. A marca e tamanho da ponteira deverão vir impressos no corpo da caneta.	485611	Un.	20	R\$ 55,00	R\$ 1.100,00
4	Cesto plástico redondo para lixo tipo balde, na cor verde escuro, azul escuro ou chumbo, capacidade de 100 litros, com tampa na cor preta, alça e rodinhas, não vazado, sem pedal. O produto deverá apresentar resistência mecânica compatível com a capacidade nominal de carga e trazer identificação visível do fabricante/marca e da capacidade.	247643	Un.	50	R\$ 84,19	R\$ 4.209,50
5	Desentupidor de pia em borracha com cabo plástico. O comprimento do cabo deverá ser de, no mínimo, 15 cm.	446101	Un.	30	R\$ 7,97	R\$ 239,10
6	Desentupidor de vaso sanitário em borracha com cabo em material resistente (madeira ou plástico) . O comprimento do cabo deverá ser de, no mínimo, 50 cm.	241711	Un.	30	R\$ 8,79	R\$ 263,70
7	Dispenser para papel toalha em bobina de 20 cm x 200 m, com dispositivo de auto-corte que libera folhas de papel em comprimento pré-determinado de, aproximadamente, 26 cm, e sistema de fechamento por chave. Não serão aceitos modelos com acionamento por alavanca. Visando à eficiência ecológica pela extensão da vida útil do bem, o equipamento deverá ser integralmente injetado em termoplástico de engenharia de alta resistência (ABS de alto impacto ou Polipropileno homopolímero), utilizando exclusivamente resinas de primeiro uso (matéria-prima virgem) com proteção UV, de modo a garantir a homogeneidade molecular e a resistência estrutural do produto. O dispenser deverá apresentar identificação da marca e lote gravados em relevo no próprio corpo do equipamento ou etiqueta indelével com as características técnicas do fabricante, além de manual técnico do fabricante. Dimensões aproximadas: 315 x 385 x 235 mm (L x A x P). Nas cores fumê, branca, cinza ou transparente. Fixação por meio de parafusos e buchas expansíveis fornecidos juntamente com o produto.	457087	Un.	60	R\$ 140,22	R\$ 8.413,20
8	Dispenser para papel toalha interfolhado de 2 ou 3 dobras, com sistema de fechamento por chave. Visando à eficiência ecológica pela extensão da vida útil do bem, o equipamento deverá ser integralmente injetado em termoplástico de engenharia de alta resistência (ABS de alto impacto ou Polipropileno homopolímero), utilizando exclusivamente resinas de primeiro uso (matéria-prima virgem) com proteção UV, de modo a garantir a homogeneidade molecular e a resistência estrutural do produto. Deverá possuir visor frontal para inspeção do nível de papel e abertura por meio de tampa frontal basculante. O dispenser deverá apresentar identificação da marca e lote gravados em relevo no próprio corpo do equipamento ou etiqueta indelével com as características técnicas do fabricante, além de manual técnico do fabricante. Dimensões aproximadas: 275 x 365 x 120 mm (L x A x P), com capacidade para, aproximadamente, 600 folhas. Nas cores fumê, branca, cinza ou transparente. Fixação por meio de parafusos e buchas expansíveis fornecidos juntamente com o produto.	302526	Un.	60	R\$ 32,79	R\$ 1.967,40
9	Dispenser para sabonete líquido, sabonete em gel ou álcool em gel, com válvula dosadora e reservatório próprio com capacidade para, no mínimo, 800 ml, sendo apropriado para as duas formas de abastecimento (reservatório próprio ou refil tipo bolsa/bag-in-box) . Visando à eficiência ecológica pela extensão da vida útil do bem, o equipamento deverá ser integralmente injetado em termoplástico de engenharia de alta resistência (ABS de alto impacto ou Polipropileno homopolímero), utilizando exclusivamente resinas de primeiro uso (matéria-prima virgem) com proteção UV, de modo a garantir a homogeneidade molecular e a resistência estrutural do produto. Com sistema de fechamento por meio de travas	404651	Un.	100	R\$ 28,26	R\$ 2.826,00

	laterais acionadas por pressão ou chave. O dispenser deverá apresentar identificação da marca e lote gravados em relevo no próprio corpo do equipamento ou etiqueta indelével com as características técnicas do fabricante, além de manual técnico do fabricante. Dimensões aproximadas: 125 x 280 x 120 mm (L x A x P). Nas cores fumê, branca, cinza ou transparente. Fixação por meio de parafusos e buchas expansíveis fornecidos juntamente com o produto.					
10	Etiqueta autoadesiva, branca, medindo 50x100mm, formato A5 (148 x 210 mm), pacote com 36 etiquetas. A etiqueta deverá possuir cola suficiente para que todas as partes da mesma sejam coladas, não permitindo nenhuma orelha após a colagem. A embalagem deverá possuir marca e demais especificações do produto. Validade de, no mínimo, 12 meses a partir da data de entrega.	282887	Cx.	20	R\$ 10,90	R\$ 218,00
11	Grampo 23/10 para grampeador, galvanizado, caixa com 5.000 unidades. O grampo não deverá descascar a cor cobreada com o uso.	300536	Cx.	60	R\$ 21,37	R\$ 1.282,20
12	Jarra plástica para água, com tampa e alça. Capacidade para 2 litros. O corpo da jarra deverá ser nas cores branco leitoso ou transparente. A jarra e sua alça deverão ser resistentes suficientemente para que o formato da jarra não deforme no momento de virar o líquido no copo.	247780	Un.	40	R\$ 15,25	R\$ 610,00
13	Limpador multiuso em frasco com capacidade de 500 ml, com bico dosador tipo squeeze (push-pull), para limpeza geral de superfícies laváveis como fórmica, aço inoxidável, cerâmica, azulejos, esmaltados e plásticos. Eficiente na remoção de gorduras, fuligem e poeira, sem necessidade de enxágue posterior. O rótulo deverá conter a marca, composição química, instruções de uso, lote, data de fabricação, prazo de validade e o número do registro ou notificação na ANVISA. Validade de, no mínimo, 12 meses a partir da data de entrega. O fornecimento deverá ser impreterivelmente em frascos individuais de 500 ml.	372079	Fr.	1200	R\$ 3,00	R\$ 3.600,00
14	Lona leve de polietileno, medindo 6 x 4 m, 100% impermeável, com tramas internas de reforço, bainha costurada reforçada e ilhoses metálicos dispostos a cada 1 metro. Espessura mínima de 100 micras. Nas cores azul ou laranja. A embalagem original do fabricante deverá conter a identificação da marca, lote, dimensões e espessura do produto.	241317	Un.	50	R\$ 83,76	R\$ 4.188,00
15	Lustra-móveis em frasco com capacidade de 200 ml, com ação de brilho seco, formulado à base de silicone e ceras. Fragrância: lavanda ou jasmim. O produto deverá possuir registro ou notificação na ANVISA. O rótulo deverá conter a marca, composição química, instruções de uso, lote, data de fabricação e prazo de validade. Validade de, no mínimo, 12 meses a partir da data de entrega. O fornecimento deverá ser impreterivelmente em frascos individuais de 200 ml.	299646	Fr.	50	R\$ 6,68	R\$ 334,00
16	Luva de segurança em látex de borracha natural, tamanho grande , com forro interno flocado e palma antiderrapante, para utilização em limpezas gerais e proteção individual. O produto deverá possuir Certificado de Aprovação (CA) emitido pelo órgão federal competente, válido. Cores: azul, amarela, laranja ou verde. Embalagem original do fabricante contendo	366698	Par	400	R\$ 5,73	R\$ 2.292,00

	um par, com identificação da marca, lote, tamanho e especificações técnicas do produto. O fornecimento deverá ser em embalagens individuais por par.					
17	Luva de segurança em látex de borracha natural, tamanho médio , com forro interno flocado e palma antiderrapante, para utilização em limpezas gerais e proteção individual. O produto deverá possuir Certificado de Aprovação (CA) emitido pelo órgão federal competente, válido. Cores: azul, amarela, laranja ou verde. Embalagem original do fabricante contendo um par, com identificação da marca, lote, tamanho e especificações técnicas do produto. O fornecimento deverá ser em embalagens individuais por par.	366699	Par	400	R\$ 5,43	R\$ 2.172,00
18	Luva de segurança em látex de borracha natural, tamanho pequeno , com forro interno flocado e palma antiderrapante, para utilização em limpezas gerais e proteção individual. O produto deverá possuir Certificado de Aprovação (CA) emitido pelo órgão federal competente, válido. Cores: azul, amarela, laranja ou verde. Embalagem original do fabricante contendo um par, com identificação da marca, lote, tamanho e especificações técnicas do produto. O fornecimento deverá ser em embalagens individuais por par.	366700	Par	250	R\$ 5,20	R\$ 1.300,00
19	Molha dedo em pasta. Levemente aromatizado, atóxico, não oleoso, não deve deixar manchas e não deve conter glicerina na formulação. Pote com tampa contendo 12g de produto. Validade de no mínimo 12 meses a partir da data de entrega.	386807	Un.	30	R\$ 3,60	R\$ 108,00
20	Óleo de peroba, natural. Frasco de 100ml. O produto deverá ser eficiente na limpeza e proteção de móveis, janelas, portas e objetos de madeira contra a ação do tempo. O produto deverá possuir registro ou notificação na ANVISA. O rótulo do fabricante deverá trazer informações de marca, composição, finalidade, data de fabricação e de validade, sendo esta de, no mínimo 12 meses a contar da data de entrega.	307513	Fr.	50	R\$ 9,00	R\$ 450,00
21	Papel almaço quadriculado, com margem, com espessura de 56g à 75g cada folha, formato A4. Pacote com 10 folhas.	277001	Pct	200	R\$ 2,29	R\$ 458,00
22	Papel cartaz/cartão, mínimo de 240g/m², dimensões mínimas: 48x66cm. Cor amarela. As informações de tamanho e gramatura deverão constar na etiqueta do produto.	246633	Un.	150	R\$ 1,89	R\$ 283,50
23	Papel cartaz/cartão, mínimo de 240g/m², dimensões mínimas: 48x66cm. Cor azul. As informações de tamanho e gramatura deverão constar na etiqueta do produto.	246631	Un.	150	R\$ 1,89	R\$ 283,50

24	Papel cartaz/cartão, mínimo de 240g/m ² , dimensões mínimas: 48x66cm. Cor preta. As informações de tamanho e gramatura deverão constar na etiqueta do produto.	246630	Un.	150	R\$ 1,89	R\$ 283,50
25	Papel cartaz/cartão, mínimo de 240g/m ² , dimensões mínimas: 48x66cm. Cor verde bandeira. As informações de tamanho e gramatura deverão constar na etiqueta do produto.	246629	Un.	150	R\$ 1,89	R\$ 283,50
26	Papel cartaz/cartão, mínimo de 240g/m ² , dimensões mínimas: 48x66cm. Cor vermelha. As informações de tamanho e gramatura deverão constar na etiqueta do produto.	246632	Un.	150	R\$ 1,89	R\$ 283,50
27	Papel para xerografia reciclado , pacote com 500 folhas, formato A4 (210 x 297 mm), gramatura de 75 g/m ² , adequado para cópias, impressões a laser e jato de tinta. O papel deve apresentar corte preciso, sendo isento de pó, marcas de cola ou outros defeitos que prejudiquem seu uso nos equipamentos. O fornecimento deverá ser em pacotes (resmas) individuais e lacrados de 500 folhas de papel reciclado, em embalagem original do fabricante.	461756	Pct.	100	R\$ 33,79	R\$ 3.379,00
28	Pasta em cartão duplex 250g/m ² , plastificada, sem ferragem e sem elástico. Dimensões aproximadas: 240 x 350mm. Cores preferenciais: preta, azul e vermelha. As informações de tamanho e gramatura deverão constar na etiqueta do produto.	411255	Un.	150	R\$ 1,49	R\$ 223,50
29	Rodinho para pia, com estrutura em material plástico e base com borracha ou silicone. Largura aproximada: 16 cm.	607532	Un.	70	R\$ 6,50	R\$ 455,00
30	Saco plástico para lixo, Classe I, Tipo E , capacidade nominal de 100 litros, capacidade de carga mínima de 20 kg , na cor preta, tipo reforçado . O produto deverá atender rigorosamente aos requisitos de fabricação, estanqueidade e resistência mecânica estabelecidos na norma ABNT NBR 9191 . O fornecimento deverá ser efetuado em embalagem original de fábrica , cuja identificação e rotulagem comercial estejam impressas diretamente no invólucro do pacote ou em etiqueta industrializada de fábrica , contendo obrigatoriamente: marca do produto, identificação do fabricante (razão social ou CNPJ), lote de fabricação, quantidade de unidades, dimensões e capacidade nominal (volume e massa). Não serão aceitas embalagens com identificações manuscritas ou etiquetas de caráter artesanal/caseiro. PC 50 UN	470833	Pct 50 UN	300	R\$ 28,90	R\$ 8.670,00
31	Suporte plástico para filtro de café, tamanho nº 103, com alça, composto de material termoplástico injetado (polipropileno ou similar de alta resistência mecânica a impactos e altas temperaturas). Cor: marrom ou preta.	247444	Un.	40	R\$ 13,00	R\$ 520,00
32	Tinta permanente à base de álcool para reabastecer pincel atômico. Frasco com, no mínimo, 37ml. Cor: azul. O produto deverá trazer a data de validade impressa no rótulo, sendo esta não inferior a 12 meses a partir da data de entrega.	335345	Fr.	50	R\$ 5,67	R\$ 283,50
33	Tinta permanente à base de álcool para reabastecer pincel atômico. Frasco com, no mínimo, 37ml. Cor: preta. O produto deverá trazer a data de validade impressa no rótulo, sendo esta não inferior a 12 meses a partir da data de entrega.	347614	Fr.	50	R\$ 6,93	R\$ 346,50

34	Tinta permanente à base de álcool para reabastecer pincel atômico. Frasco com, no mínimo, 37ml. Cor: vermelha. O produto deverá trazer a data de validade impressa no rótulo, sendo esta não inferior a 12 meses a partir da data de entrega.	335347	Fr.	50	R\$ 4,87	R\$ 243,50
35	Tinta reabastecedora para reabastecer caneta (marcador) para quadro branco, na cor azul. Frasco com, no mínimo, 20ml. O frasco deverá possuir bico que facilite a introdução da tinta na caneta. O produto deverá trazer marca e finalidade impressas na embalagem, bem como data de validade, sendo esta de, no mínimo, 12 meses a partir da data de entrega.	397049	Fr.	50	R\$ 5,03	R\$ 251,50
36	Tinta reabastecedora para reabastecer caneta (marcador) para quadro branco, na cor preta. Frasco com, no mínimo, 20ml. O frasco deverá possuir bico que facilite a introdução da tinta na caneta. O produto deverá trazer marca e finalidade impressas na embalagem, bem como data de validade, sendo esta de, no mínimo, 12 meses a partir da data de entrega.	432575	Fr.	50	R\$ 5,39	R\$ 269,50
37	Tinta reabastecedora para reabastecer caneta (marcador) para quadro branco, na cor vermelha. Frasco com, no mínimo, 20ml. O frasco deverá possuir bico que facilite a introdução da tinta na caneta. O produto deverá trazer marca e finalidade impressas na embalagem, bem como data de validade, sendo esta de, no mínimo, 12 meses a partir da data de entrega.	407563	Fr.	50	R\$ 5,60	R\$ 280,00
38	Bomba manual para garrações de água mineral de 10 e 20 litros. Corpo injetado em material plástico de alta resistência. O item deve ser fornecido em kit completo para instalação imediata, composto por: cabeçote com bomba de pressão, bico dosador com tampa, tubos extensores de sucção interconectáveis e anel de vedação regulável para acoplamento firme ao gargalo do garrafão, de modo a evitar vazamentos. Cor preferencial: azul e branca.	622167	Un.	80	R\$ 23,55	R\$ 1.884,00
					TOTAL	R\$ 55.730,40

caracterizados como comuns, haja vista que foram definidos a partir de especificações usuais de mercado, conforme define o inciso XIII do art. 6º da Lei de Licitações.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 15 (quinze) dias contados do envio da nota de empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O Anexo I deste Termo de Referência (Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Trata-se da aquisição de materiais de consumo para atender às demandas de todas as unidades da UFPR que se abastecem de nossos estoques, incluindo Núcleo de Concursos, todos os Setores e seus respectivos departamentos e todas as Pró-Reitorias e suas unidades vinculadas, inclusive todos os cursos de pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado). A aquisição dos itens permitirá atender a Instituição com materiais de uso comum. A ausência deles poderá ocasionar dificuldade na realização de trabalhos rotineiros que necessitem de tais materiais.

O quantitativo foi estimado com base no histórico de consumo dos itens, sendo que para alguns foram realizadas adaptações com relação à quantidade solicitada tendo em vista a validade e/ou movimento decrescente ao longo do período, conforme apresentado no documento 8905778. Trata-se de dispensa de pequeno valor embasada no art. 75, inciso II da Lei 14.133/2021 para solicitação de aquisição de itens frustrados/desertos em pregões anteriores que apresentam baixo giro e/ou valores baixos. Visando a ampliar a competitividade, e considerando a natureza da contratação, a aquisição será dada pelo menor preço por item.

Visto que a presente contratação se enquadra nos moldes do contido no art. 75, II da Lei 14.133/2021 e que há regulamentação legal na forma da Instrução Normativa Nº 67/2021 – SEGES/ME, devido ao baixo valor e a bem da economia processual, a contratação se dará por dispensa de licitação, na forma eletrônica.

Considerando a aquisição de bens comuns, a baixa complexidade do objeto e que o fornecimento será imediato e integral, não havendo necessidade de requisitos complementares, pactuação de níveis de serviço ou análise mais detida quanto à existência de soluções alternativas, foi dispensada da instrução a elaboração dos estudos técnicos preliminares, nos termos do art. 14 da Instrução Normativa n.º 58/2022-SEGES/ME.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, conforme é possível verificar no DFD n.º 121/2025, indicado no movimento SEI n.º 8807626.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.[A1]

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- 4.1.1. [...];
- 4.1.2. [...]; e
- 4.1.3. [...].

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares: (...)[A2].

Da vedação de contratação de marca ou produto

4.3. Diante das conclusões extraídas do processo administrativo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx, a Administração não aceitará o fornecimento dos seguintes produtos/marcas:

- 4.3.1. [...]
- 4.3.2. [...]

Da exigência de amostra

4.4. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.5. Serão exigidas amostras dos seguintes itens:

- 4.5.1. [...];

4.5.2. [...]; e

4.5.3. [...].

- 4.6. *As amostras poderão ser entregues no endereço [indicar o endereço] no prazo limite de [indicar o prazo], sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.*
- 4.7. *É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.*
- 4.8. *No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.*
- 4.9. *Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:*
- 4.9.1. *Itens (...):*
- 4.9.2. *Itens (...):*
- 4.10. *Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.*
- 4.11. *Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.*
- 4.12. *Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.*
- 4.13. *Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de XX (xxxxx) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.*
- 4.14. *Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.[A3]*

Da exigência de carta de solidariedade

- 4.15. *Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida do licitante/interessado provisoriamente classificado em primeiro lugar, nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.[A4]*

Subcontratação

- 4.16. ***Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.[A5]***

OU

- 4.17. *É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de XX% (xxxxx por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:*
- 4.18. *É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:*
- 4.18.1. [...];
- 4.18.2. [...]; e
- 4.18.3. [...].
- 4.19. *Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:*
- 4.19.1. [...];
- 4.19.2. [...]; e
- 4.19.3. [...].
- 4.20. *Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.*
- 4.21. *A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.*
- 4.22. *O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.*
- 4.23. *É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.[A6]*

Garantia da contratação[A7]

4.24. *Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.*

OU

4.25. *Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a **XX%** (**xxxxx** por cento) do valor **[total] OU [anual]** da contratação[A8]. [A9]*

4.26. *Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.*

4.26.1. *A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.*

4.26.2. *Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.*

4.26.3. *A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.*

4.26.4. *Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.*

4.26.5. *Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.*

4.27. *Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.[A10]*

4.28. *Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.*

4.29. *No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.*

4.30. *Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamentemente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.*

4.30.1. *O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).*

4.31. *A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:*

4.31.1. *prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas; e*

4.31.2. *multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao Contratado.*

4.32. *No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.*

4.33. *Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.*

4.34. *Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada[A11].*

4.35. *O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.*

4.35.1. *O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*

4.35.2. *Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua*

caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.36. *Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.*

4.36.1. *A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.*

4.36.2. *A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.*

4.37. *A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.*

4.38. *O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.*

4.39. *O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.*

4.40. *A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.*

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.41. *Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.*

4.41.1. *Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal[A12].*

4.41.2. *Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.*

4.41.3. *Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.*

Margem de Preferência:

4.42. O objeto da contratação enquadra-se na margem de preferência **[normal] OU [adicional]** de %, prevista no Decreto n.º....., conforme disposto na Resolução n.º da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS, por[A13] se tratar de **[bens manufaturados nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras] OU [bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis].**

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. *O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias, contados do envio do empenho, em remessa única.*

5.2. *Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 3 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.*

5.3. *Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:*

Almoxarifado Central da UFPR

Rua Coração de Maria, 92 - Bairro Jd. Botânico - Campus Jd. Botânico - Curitiba/PR - CEP 80210-132

Aos cuidados: Gerson Couto Parreira ou Luis Antonio dos Santos

As entregas deverão ser realizadas preferencialmente no período da manhã das 08:00 às 11:30 horas, sem agendamento. Caso as entregas sejam realizadas no período da tarde das 13:00 às 15:30, solicitar agendamento com: luis.santos@ufpr.br ou alessandrag@ufpr.br. Entregas no período da tarde somente poderão ser realizadas mediante agendamento prévio por meio dos e-mails mencionados.

Garantia, manutenção e assistência técnica

- 5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)
- 5.5. A garantia será prestada com vistas a manter os produtos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.
- 5.6. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos produtos que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da notificação formal realizada pelo fiscal do contrato.
- 5.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.
- 5.8. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, o fiscal do contrato autuará processo administrativo visando apurar a responsabilidade do contrato, que poderá ser sancionado nos termos da contratação.
- 5.9. O custo referente ao transporte dos produtos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.
- 5.10. A garantia legal do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado na contratação, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o prazo de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

- 6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

- 6.6. A fiscalização técnica do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.7. A fiscalização técnica do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.8. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, a fiscalização técnica do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.9. A fiscalização técnica do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, a fiscalização técnica do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.11. A fiscalização técnica do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.12. A fiscalização administrativa do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.15. Cabe ao gestor do contrato:

6.15.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.15.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.15.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.15.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.15.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.15.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.15.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) er causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) raticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4 Multa:

7.2.4.1. *Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias*

7.2.4.2. *Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 20% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.*

7.2.4.3. *Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.*

7.2.4.4. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.*

7.2.4.5. *Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.*

7.2.4.6. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 5% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação [, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:]*

7.3. A aplicação de sanções levará em consideração os parâmetros o detalhamento abaixo, para infrações destas ou correlatas a elas, vez que se trata de rol exemplificativo:

Falha apurada	Tipo sancionatório		
	Fundamento legal	Sanção restritiva de direito	Multa compensatória
Deixar de entregar a documentação exigida para o certame	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. IV	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União por até 30 dias	Até 5% em relação ao valor de sua proposta
Deixar de manter as condições de habilitação, durante a realização do certame ou a execução contratual	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. IV	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União por até 60 dias	Até 10% em relação ao valor de sua proposta
Recusar-se ou deixar de responder diligência realizada pela UFPR, durante realização do certame	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. IV	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União por até 60 dias	Até 10% em relação ao valor de sua proposta

Não enviar proposta adequada ao último lance ofertado ou pedir para ser desclassificado após encerrada a etapa competitiva	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. IV	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União por até 60 dias	Até 10% em relação ao valor de sua proposta
Recusar-se ou deixar de enviar o detalhamento da proposta ou documentos exigidos durante a realização diligências pela UFPR	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. IV	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União por até 60 dias	Até 10% em relação ao valor de sua proposta
Recursar-se ou deixar de apresentar amostra no prazo solicitado	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. IV	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União por até 60 dias	Até 10% em relação ao valor de sua proposta
Não entregar a documentação exigida para a contratação	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. VI	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União por até 6 meses	Até 15% em relação ao valor de sua proposta
Não celebrar o contrato, recusar-se a receber a nota de empenho ou não confirmar o recebimento no prazo fixado	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. VI	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União por até 6 meses	Até 15% em relação ao valor de sua proposta
Não se cadastrar no sistema de processo eletrônico da UFPR, quando solicitado pela Administração	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. VI	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União por até 6 meses	Até 15% em relação ao valor de sua proposta
Apresentar declaração ou documentação falsa, durante o certame ou na execução contratual	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. VIII	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 36 a 48 meses	Até 20% em relação ao valor estimado da contratação, nos casos ocorridos durante o certame ou sobre o valor da proposta da empresa infratora para os casos ocorridos durante a execução contratual.
Induzir, deliberadamente, a UFPR a erro no julgamento, em quaisquer fases da contratação	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. X	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 36 a 48 meses	Até 20% em relação ao valor estimado da contratação, nos casos ocorridos durante o certame ou sobre o valor da proposta da empresa infratora para os casos

			ocorridos durante a execução contratual.
Omitir informações em quaisquer documentos exigidos no certame licitatório ou durante a execução contratual	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. X	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 36 a 48 meses	Até 20% em relação ao valor estimado da contratação, nos casos ocorridos durante o certame ou sobre o valor da proposta da empresa infratora para os casos ocorridos durante a execução contratual.
Adulterar documento, público ou particular, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade:	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. X	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 36 a 48 meses	Até 20% em relação ao valor estimado da contratação, nos casos ocorridos durante o certame ou sobre o valor da proposta da empresa infratora para os casos ocorridos durante a execução contratual.
Apresentar amostra falsificada ou deteriorada	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. X	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 36 a 60 meses	Até 30% em relação ao valor estimado da contratação, nos casos ocorridos durante o certame ou sobre o valor da proposta da empresa infratora para os casos ocorridos durante a execução contratual.
Agir em conluio ou em desconformidade com a lei	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. X	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 48 a 60 meses	Até 30% em relação ao valor estimado da contratação, nos casos ocorridos durante o certame ou sobre o valor da proposta da empresa infratora para os casos

			ocorridos durante a execução contratual.
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. XI	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 36 a 60 meses	Até 30% em relação ao valor estimado da contratação, nos casos ocorridos durante o certame ou sobre o valor da proposta da empresa infratora para os casos ocorridos durante a execução contratual.
Participação do certame por meio de empresa constituída com a finalidade de burlar penalidade aplicada anteriormente pela UFPR ou por quaisquer outros órgãos da União.	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. XI	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 36 a 60 meses	Até 30% em relação ao valor estimado da contratação, nos casos ocorridos durante o certame ou sobre o valor da proposta da empresa infratora para os casos ocorridos durante a execução contratual.
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. XII	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 36 a 60 meses	Até 30% em relação ao valor estimado da contratação, nos casos ocorridos durante o certame ou sobre o valor da proposta da empresa infratora para os casos ocorridos durante a execução contratual.
Fraudar a contratação, em quaisquer de suas fases	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. IX	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 48 a 60 meses	Até 30% em relação ao valor estimado da contratação, nos casos ocorridos durante o certame ou sobre o valor da proposta da empresa infratora para os casos

7.4. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.5. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.8. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.9.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.9.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.10. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.10.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.10.2 as peculiaridades do caso concreto;

7.10.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.10.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.10.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.13. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.13.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.15. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado, em decorrência do que dispõe o §2º do art. 7º da IN 77/2022 – SEGES/ME

8.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.8. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.10. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.11.1 o prazo de validade;

8.11.2 a data da emissão;

8.11.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

8.11.4 o período respectivo de execução do contrato;

8.11.5 o valor a pagar; e

8.11.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.13. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.14.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.14.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.17. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.19. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.20. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

8.21. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.24. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.25. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

8.26. Considerando a natureza e o valor da presente contratação, a Administração não realizará qualquer pagamento de modo antecipado.

Cessão de Crédito

8.27. Considerando que a presente contratação será realizada por meio de Nota de Empenho e, ainda, que o Parecer Jurídico da AGU - PRC JL 01/2020 fixou que utilização de contrato administrativo como instrumento de cessão de crédito aos fornecedores deve ser precedido de Termo Aditivo, não será permitida a utilização desta contratação para a cessão de crédito de que trata a Instrução Normativa n.º 82/2025 – SEGES/MGI.

Reajuste

8.28. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 09/06/2026.

8.29. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.30. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.31. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.32. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.33. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.34. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.35. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio de contratação direta com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, considerando que o valor estimado se encontra dentro dos limites previstos pelo referido fundamento.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será integral, em parcela única.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Na presente contratação o critério de aceitabilidade de preços será o de menor valor por item.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. **No caso de** pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. **No caso de** empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. **No caso de** Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. **No caso de** sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. **No caso de** sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. **No caso de** sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. **No caso de** filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. **No caso de** sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Considerando que a previsão de entrega imediata, os documentos de habilitação fiscal estadual/distrital e municipal da sede dos fornecedores, serão dispensados, com base no que dispõe o inciso III do art. 70 da Lei de Licitações.

Qualificação Econômico-Financeira

9.18. Considerando que a presente contratação tem previsão de entrega imediata, os documentos de qualificação econômico-financeira, serão dispensados, com base no que dispõe o inciso III do art. 70 da Lei de Licitações.

Qualificação Técnica

9.19. Considerando que a presente contratação tem previsão de entrega imediata, os documentos de qualificação econômico-financeira, serão dispensados, com base no que dispõe o inciso III do art. 70 da Lei de Licitações.

Disposições gerais sobre habilitação

9.20. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.21. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.22. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.23. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.24. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 55.730,40 (*cinquenta e cinco mil setecentos e trinta reais e quarenta centavos*), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. *As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.*

11.2. *A contratação será atendida pela seguinte dotação:*

Gestão/Unidade: Unidade de Suprimentos - UGR 153661;

Fonte de Recursos: 1000 – Tesouro Nacional, ação 12.364.5013.20RK.0041;

Programa de Trabalho: Funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior;

Elemento de Despesa: 339030 – Material de consumo

Plano Interno: Plano Plurianual de 2024-2027.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Curitiba, 12 de junho de 2026.

Humberto Vieira de Lima, SIAPE 2396596

Contramestre-ofício

13. ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 1 (um) dias útil, contado a partir da data de envio, para aceitar a Nota de Empenho que, neste caso será o instrumento equivalente ao contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1 referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2 o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Dispensa Eletrônica, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme firma declaração de condições de participação, no sistema compras.gov.

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, não havendo possibilidade de prorrogação. Sendo que, o fim da vigência não impede a Administração de apurar infrações e aplicar sanções, bem como não a exime de realizar aferições e pagamentos decorrentes das regularmente prestadas pelo contratado.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1 No caso de bens duráveis, entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

4.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3 Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9 Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11 Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12 Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1 ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2 poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.4. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório, bem como para a apuração de responsabilidade e aplicação de sanções.

5.5. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. FORO

7.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal - Seção Judiciária do Paraná / Subseção Judiciária de Curitiba para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II

Ciência.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Contratação direta

HUMBERTO VIEIRA DE LIMA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 12/06/2026 às 16:29:07.

